

## Gabinete de Estratégia e Planeamento

## Despacho n.º 19252/2009

No uso da competência que me é conferida pelo artigo 35.º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo, e pelo n.º 2, do artigo 9.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, delego, sem poderes de subdelegação, no Subdirector-Geral, Licenciado José Luís de Lemos de Sousa Albuquerque, a competência para, no período de 14 de Agosto a 31 de Agosto de 2009, inclusive, despachar todos os assuntos relativos ao Gabinete de Estratégia e Planeamento.

13 de Agosto de 2009. — A Directora-Geral, *Maria Cândida Soares*.  
202197436

## Instituto da Segurança Social, I. P.

## Centro Distrital de Beja

## Despacho n.º 19253/2009

Nos termos do disposto no artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, e no uso dos poderes que me foram delegados, através da deliberação n.º 527/2009 de 28 de Janeiro de 2009, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 36, de 20 de Fevereiro de 2009, subdelego:

1 — Na Directora do Núcleo de Apoio à Gestão, Maria de Fátima Tição Pereira, a competência para a prática dos seguintes actos:

1.1 — Aplicar admoestações, coimas e sanções acessórias em processos de contra-ordenação, pela prática de infracções ao direito da segurança social no âmbito das relações jurídicas de vinculação contributiva e prestacional, bem como para despachar e arquivar aqueles processos no seu âmbito geográfico de actuação;

1.2 — Aplicar admoestações e coimas pela prática de contra-ordenações no âmbito dos estabelecimentos de apoio social.

2 — Este despacho é de aplicação imediata, ficando desde já ratificados todos os actos no entanto praticados pelo delegado no âmbito das matérias objecto da presente delegação, ao abrigo e nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo.

14 de Agosto de 2009. — O Director, *José Valente Guerra*.  
202196772

## Despacho n.º 19254/2009

Nos termos do disposto no artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, e no uso dos poderes que me foram delegados e subdelegados, através do despacho n.º 2731/2009 de 9 de Janeiro de 2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 14, de 21 de Janeiro de 2009, subdelego:

1 — Na Licenciada Magda Maria Gonçalves Domingos, a competência para a prática dos seguintes actos:

1.1 — Assinar a correspondência de rotina sobre assuntos da área da Equipa de Identificação, Qualificação e Gestão de Remunerações.

2 — Este despacho é de aplicação imediata, ficando desde já ratificados todos os actos no entanto praticados pelo delegado no âmbito das matérias objecto da presente delegação, ao abrigo e nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo.

14 de Agosto de 2009. — A Directora da Unidade de Identificação e Qualificação de Contribuintes, *Ana Paula Água-Doce Camacho*.  
202196967

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

## Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.

## Aviso n.º 14792/2009

Nos termos do disposto no artigo 37.º do Regulamento do Internato Médico, aprovado pela Portaria n.º 183/2006, de 22 de Fevereiro, e no artigo 5.º do Regulamento da Prova de Comunicação Médica, aprovado pelo Despacho n.º 17 743/2006, de 21 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 168, de 31 de Agosto de 2006, torna-se pública a abertura do processo de candidatura à realização da prova de comunicação médica, a qual constitui requisito obrigatório de ingresso no Internato Médico para os candidatos licenciados em Medicina por universidades que não ministraram o ensino em língua portuguesa.

## 1 — Prova

A prova de comunicação médica visa avaliar, exclusivamente, a capacidade de compreensão e comunicação dos candidatos à prova de seriação de acesso ao internato médico, no âmbito do diálogo entre o médico e o doente.

## 2 — Local de realização da prova

A prova realiza-se nas sedes das Secções Regionais do Norte, do Centro e do Sul da Ordem dos Médicos e, no caso das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, nas respectivas sedes distritais da Ordem (Ponta Delgada e Funchal).

## 3 — Data da realização da prova

A prova realiza-se no mês de Outubro de 2009, a partir do dia 12, em data a divulgar no site da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. (ACSS, I. P.) — ([www.acss.min-saude.pt](http://www.acss.min-saude.pt)), assim como nas Secções Regionais da Ordem dos Médicos, após o encerramento do período de inscrições.

## 4 — Requisitos de candidatura

Devem candidatar-se a esta prova os licenciados em Medicina por universidades que não ministraram o ensino em língua portuguesa e que pretendam candidatar-se à prova de seriação de acesso ao internato médico.

## 5 — Inscrição na prova

5.1 — As inscrições devem ser efectuadas de 1 a 30 de Setembro de 2009.

5.2 — As inscrições na prova devem efectuar-se nos locais de realização da prova.

5.3 As inscrições serão feitas mediante a apresentação de boletim de inscrição próprio, que pode ser previamente levantado nos locais de realização da prova.

## 5.4 — Do boletim de inscrição deve constar:

- a) Identificação completa e nacionalidade do candidato;
- b) Morada e telefone;
- c) Universidade e data da licenciatura em Medicina ou equivalência.

5.5 — O boletim de inscrição deve ser acompanhado dos seguintes documentos, originais ou fotocópias:

- a) Bilhete de identidade;
- b) Documento comprovativo da inscrição na Ordem dos Médicos.

## 6 — Listas de candidatos

6.1 — A documentação recebida será organizada em processos individuais, sendo a lista dos candidatos admitidos e excluídos afixada nos locais referidos no n.º 2 do presente aviso, com indicação dos fundamentos de exclusão.

6.2 — Da lista de admissão dos candidatos cabe recurso a interpor no prazo de cinco dias úteis, para o júri nacional, que decidirá no prazo de dez dias úteis.

## 7 — Prova

7.1 A prova constará de duas partes, a primeira com a duração máxima de sessenta minutos e a segunda com a duração máxima de trinta minutos.

7.2 A primeira parte é constituída por uma prova escrita, baseada na visualização de um suporte multimédia, de acordo com o artigo 2.º do Regulamento da Prova de Comunicação Médica realizada sem o recurso a quaisquer outros elementos, designadamente, dicionários.

A segunda parte constará de uma entrevista aos candidatos, pelo júri, durante a qual decorrerá uma discussão relativa à compreensão da história clínica do doente.

## 8 — Júris da prova

8.1 — A realização da prova é da responsabilidade dos júris regionais de Lisboa, Porto e Coimbra, e das secções distritais de Ponta Delgada e Funchal, a designar pela Ordem dos Médicos.

8.2 — Cada júri é constituído por um presidente, dois vogais efectivos e dois vogais suplentes.

8.3 — Os júris regionais e distritais são coordenados por um júri nacional, que tem a seguinte constituição:

Presidente: Dr. João Luís da Silva Sequeira;  
Vogal efectivo: Dr. João Pedro Garcia Yglesias de Oliveira;  
Vogal efectivo: Prof. Doutor João Pedro Gorjão Clara;  
Vogal suplente: Prof. Doutor Carlos Manuel Costa de Almeida;  
Vogal suplente: Dr. José Maria da Silva Henriques.

## 9 — Resultado da prova

9.1 — Os candidatos que realizarem a prova são classificados em *Apto* e *Não apto*.

9.2 — Aos candidatos considerados *Aptos* é emitida certidão pela Ordem dos Médicos.

9.3 — Os candidatos que obtenham a classificação de *Não apto* não serão admitidos à prova de seriação para ingresso no internato médico.

9.4 — Os resultados da prova de comunicação médica constam de listas a afixar nos locais da sua realização, no prazo de sete dias úteis a contar da data de realização das últimas provas.

9.5 — Os candidatos que obtenham a classificação de *Não apto* podem reclamar dessa decisão para o júri nacional, no prazo de cinco dias úteis, a partir da data da afixação das respectivas listas.

9.6 — Após a afixação das listas definitivas, com as eventuais alterações, das mesmas cabe recurso para o conselho directivo da ACSS, I. P., a interpor, no prazo de 5 dias úteis, pelos candidatos que obtenham a classificação de *Não apto*.

10 — Homologação do resultado da prova

10.1 — Findo o prazo para eventuais reclamações e recursos e após decisão sobre os mesmos, os resultados da prova de comunicação médica são homologados pelo júri nacional.

10.2 — Após a homologação dos resultados da prova, a Ordem dos Médicos enviará à Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., a listagem dos candidatos considerados *Aptos* e *Não aptos*.

6 de Agosto de 2009. — O Presidente do Conselho Directivo, *Manuel Teixeira*.

202194528

## Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P.

### Aviso (extracto) n.º 14793/2009

Por deliberação do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P., e pelo conselho de administração do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio de 10 de Dezembro de 2008 e de 8 de Outubro de 2008:

Marta Susana Jesus Rio Freire, enfermeira graduada do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, E. P. E., — transferida para o Quadro de Pessoal do Centro de Saúde de Portimão com efeitos a 15 de Dezembro de 2008. (Isento de Fiscalização Prévia do TC.)

12 de Fevereiro de 2009. — O Vogal do Conselho Directivo, *Joaquim Grave Ramalho*.

202195102

## Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra

### Aviso n.º 14794/2009

#### Concurso Interno Geral de Acesso para Enfermeiro Especialista — Saúde Mental e Psiquiátrica

1 — Por despacho do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra de 10 de Agosto de 2009, no uso de competência própria, se faz público que se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis a contar da data da publicação no *Diário da República*, nos termos do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro, e Decreto-Lei n.º 411/99, de 15 de Outubro, concurso interno geral de acesso para a ocupação de 7 postos de trabalho, para a categoria de Enfermeiro Especialista — Saúde Mental e Psiquiátrica, Nível 2, da carreira de Enfermagem, do mapa de pessoal do Centro Hospitalar, em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, nos termos do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

2 — Disposições legais aplicáveis: o presente concurso rege-se pelo disposto na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 411/99, de 15 de Outubro, alterado pela Declaração de Rectificação n.º 23-B/99, publicada no *Diário da República* n.º 303, 2.º Suplemento, Série I-A, de 31 de Dezembro de 1999 e Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a nova redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

3 — Prazo de validade: o concurso é válido para o preenchimento dos postos de trabalho referidos no ponto 1, caducando com o preenchimento dos mesmos.

4 — Local de trabalho: o local de trabalho é no Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra.

5 — Remuneração: é a correspondente ao escalão e índice salarial da tabela I, anexa ao Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro, e anexo II — mapa IV, do Decreto-Lei n.º 411/99, de 15 de Outubro, com a alteração produzida pela Declaração de Rectificação n.º 23-B/99, publicada no *Diário da República*, n.º 303, 2.º Suplemento, Série I-A,

de 31 de Dezembro de 1999, e actualização resultante da Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro.

6 — Conteúdo funcional: as funções de enfermeiro especialista são as constantes do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

7 — Método de selecção:

7.1 — Avaliação Curricular, nos termos do n.º 4 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

7.2 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam da acta de reunião do júri, que será facultada aos candidatos sempre que solicitada e após a publicação deste aviso, nos termos do disposto no artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

8 — Requisitos de admissão ao concurso:

Gerais: os previstos no n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro.

Especiais: os constantes do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro: «O acesso à categoria de enfermeiro especialista faz-se de entre enfermeiros e enfermeiros graduados habilitados com um curso de especialização em Enfermagem estruturado nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 178/85, de 23 de Maio, ou com um curso de estudos superiores especializados em Enfermagem que habilite para a prestação de cuidados de enfermagem numa área de especialização em enfermagem, independentemente do tempo na categoria, e avaliação de desempenho de Satisfaz.»

9 — Formalização das candidaturas: As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra, Apartado 1, Conraria, 3031-801 Ceira, entregue pessoalmente no Serviço de Gestão de Recursos Humanos do Centro Hospitalar, dentro das horas normais de expediente (9h-13h e 14h-17h), até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, ou enviado pelo correio, em carta registada com aviso de recepção, para a mesma morada, considerando-se, neste último caso, apresentado dentro do prazo se o aviso de recepção tiver sido expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 1 deste aviso.

*Nota.* — Aquando da entrega pessoal da candidatura os candidatos devem ser portadores de fotocópia do requerimento, a fim da mesma servir de recibo.

10 — O requerimento-tipo a apresentar é o seguinte:

Ex.<sup>mo</sup> Senhor

Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra

(Nome) ..., natural de..., nascido em .../.../... e residente em ..., Código Postal ..., telefone n.º ..., com a categoria ..., a exercer funções no Serviço de ..., do ..., vem solicitar a V.ª Ex.ª, se digne admiti-lo(a) ao concurso para Enfermeiro Especialista de Saúde Mental e Psiquiátrica, conforme aviso de abertura publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º ..., de .../.../...

Anexo (referência a todos os documentos)

Documentos:

Cópia da cédula pessoal válida.

Três exemplares do *curriculum vitae*.

Pede deferimento

Assinatura

10.1 — No final do requerimento os candidatos poderão fazer referência a quaisquer outras indicações julgadas necessárias para melhor esclarecimento.

11 — Os requerimentos deverão ser acompanhados de documentos válidos que comprovem a posse dos requisitos gerais e especiais exigidos no n.º 8 deste aviso, além de documento comprovativo da inscrição na Ordem dos Enfermeiros (Cédula profissional válida) e 3 exemplares do *curriculum vitae*, sob pena de exclusão.

11.1 — É dispensada a entrega da documentação que possa ser fornecida ao júri pelo Serviço de Gestão de Recursos Humanos do Centro Hospitalar, através de documentos actualizados e arquivados no processo individual.

11.2 — O estabelecido no presente aviso não impede que o júri exija a qualquer dos candidatos documentos comprovativos das suas declarações.